



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

MANUAL DE FORMAÇÃO

Praia, Julho de 2018

FICHA TÉCNICA

Título: MANUAL DE FORMAÇÃO

Coordenação: Secretariado-geral do PAICV

Editor: PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

Impressão: Tipografia Santos

Tiragem: 1.000 exemplares

PREFÁCIO

A formação do militante é uma necessidade permanente, porque tem a responsabilidade de dar a conhecer o que é o Partido e as condições da sua organização e funcionamento, e assim ele se sentir motivado a participar nas atividades do PAICV.

Desde o XIV Congresso que se vem chamando a atenção para a necessidade imperativa da formação política, como uma grande prioridade, dada a constatação que uma das fraquezas do Partido, reside exatamente no desconhecimento de matérias básicas e da maior importância por parte de um número significativo de militantes, em particular os mais novos.

Se por um lado à uma adesão resultante da evolução da consciência do novo militante, por outro, é preciso consolidar essa consciência e prepará-la para as confrontações no plano da luta política no seu posto de trabalho, no seu círculo de amizades, nas redes sociais, etc..

As matérias que constam do presente manual não são tudo o que o militante deve saber, já que as exigências da ação política implicam ler e estudar sempre, para que se esteja dotado de informações e conhecimentos indispensáveis à sua afirmação como membro de uma organização política que tem a responsabilidades políticas em matéria de governação do país, seja na situação, seja na oposição.

O que se pretende com o presente manual é dotar o militante de conhecimentos mínimos sobre o que é o PAICV, tanto a sua história, como os seus estatutos quanto à sua estruturação, o seu funcionamento e a atividade de comunicação política nas reuniões, nos encontros com a população, os amigos, etc.

Ainda mais, este manual pretende despertar no militante o interesse por saber ainda mais, lendo documentos do Partido, participando em encontros com camaradas para discutir temas, procurando compreender os problemas do país, do bairro, do local de trabalho, as notícias dadas na televisão, etc.

Não hesites em perguntar, porque o teu camarada tem a obrigação de ajudar-te, de prestar-te esclarecimentos, até porque ninguém sabe tudo.

Como dizia Amílcar Cabral, **“Aprender, aprender sempre!”**.

Janira Hopffer Almada
Presidente do PAICV
Vice-Presidente da Internacional Socialista

ÍNDICE

Módulo I - A HISTÓRIA DO PAICV	8
Módulo II - ESTATUTOS E REGULAMENTOS DO PAICV	13
Módulo III – COMO ORGANIZAR AS REUNIÕES	21
Módulo IV – A COMUNICAÇÃO POLÍTICA	28
BIBLIOGRAFIA	40

Módulo I - HISTÓRIA DO PAICV

1. Introdução

Ser militante ou simpatizante é, antes de tudo, ser um cidadão informado, é ser patriota, é saber a que país pertence, a sua história, a sua população, a sua cultura, os rudimentos da sua economia, ter noções mínimas sobre o sistema político, o lugar e o papel do PAICV no sistema político.

Daí a importância da matéria deste manual, sobretudo porque infelizmente no nosso sistema de ensino haverá uma tendência velada para não se apetrechar o indivíduo, o aluno, dos conhecimentos sobre a história do nosso país, como emergiu, como evoluiu até o presente.

Sem conhecimentos básicos, não temos referências sobre o nosso passado e o nosso presente, em que bases teremos de construir o futuro. Sem esses conhecimentos, não temos referenciais, isto é, os grandes momentos da nossa história passada, os grandes cidadãos que simbolizam o percurso histórico que Cabo Verde fez para que hoje seja uma República independente e soberana.

Tendo esses conhecimentos estaremos assim a desenvolver fortes sentimentos de pertença ao nosso país, estaremos a nos orgulharmos de sermos cabo-verdianos e, pela via do PAICV, a trabalhar em várias frentes para o desenvolvimento de Cabo Verde.

2. Povoamento, dominação colonial e independência nacional

O nosso destino como Nação começou em 1460 com a chegada de navegadores portugueses às ilhas, dando assim lugar a um primeiro período, até 1878, fundado na escravatura na Ribeira Grande de Santiago, paralelamente a um processo brutal de ocupação e exploração da terra onde imperaram os morgados.

Com o fim formal da escravatura teve início o verdadeiro processo de colonização, baseado na superioridade da raça branca, classificando os africanos como destituídos e primitivos, sem história e sem cultura, pelo que deviam assimilados à condição de civilizados.

A assinalar que durante todo o período de colonização, Cabo Verde foi marcado por longos períodos de seca seguidos de fomes, epidemias e grandes mortandades, dando lugar ainda a grandes fluxos migratórios em direção aos Estados Unidos da América, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e outros países africanos e, já no século passado, a grandes êxodos para a Europa.

3. A identidade nacional: vertentes da Nação cabo-verdiana

Cabo Verde como Nação não surgiu do nada. A Nação foi construída ao longo dos séculos, elaborando os principais traços das características que determinaram a identidade social e cultural do cabo-verdiano, marcada: (i) pela **insularidade** e seu espaço físico com as suas adversidades, não como fatalidade, mas como um grande desafio; (ii) pelas **secas** que deram lugar a grandes mortandades ao longo dos séculos, marcando ainda hoje o imaginário do cabo-verdiano; (iii) pelo **crioulo**, nossa língua materna; (iv) pelas **migrações**, forçadas ou não pela escravatura e para as roças de S. Tomé, e outras paragens do mundo; (v) pela **mestiçagem**, resultado do cruzamento de raças e culturas, africanas e europeias.

É assim que no momento apropriado, essas vertentes deram lugar à identidade política, isto é, o cabo-verdiano erigiu-se em Nação com os seus atributos universais conducentes a um percurso em direção à independência nacional.

4. As revoltas e outras formas de afirmação do nacionalismo cabo-verdiano

Desde sempre que vários foram os desejos e reivindicações do cabo-verdiano à afirmação da sua identidade, já que as ilhas estavam votadas ao abandono e as populações à marginalização e desprezo.

É assim que em todas ilhas aconteceram revoltas e rebeliões protagonizadas por escravos, rendeiros, populares e manifestações literárias de natureza social e política, como demonstração contra a dominação colonial de índole emancipalista, de modo muito particular no meio rural onde os conflitos eram muito agudos entre os senhores e os escravos, os morgados e os rendeiros, parceiros e meeiros.

5. O PAIGC e a luta de libertação nacional

É na conjugação dos fatores atrás referidos que se desenvolveu no espírito dos cabo-verdianos o sentimento de pertença a uma identidade social, cultural e política própria, e por isso, a necessidade de se apropriar do seu sujeito e de lutar contra a dominação colonial, abraçando assim o projeto do PAIGC fundado em 1956 por nacionalistas cabo-verdianos e guineenses, cuja proeza foi conduzida pela determinação e pela força do pensamento de AMILCAR CABRAL, unificador de homens, o teórico e o perito da luta de libertação nacional.

Como resultado das vitórias do PAIGC nos planos militar, político e diplomático, em Portugal foi-se desenvolvendo uma forte consciência de que era necessário fazer algo, dando assim lugar ao golpe de Estado do 25 de Abril, que derrubou o regime fascista de Marcelo Caetano.

Após várias negociações entre as autoridades portuguesas e o PAIGC, em 1974 foi estabelecido o calendário do processo que conduziria à independência de Cabo Verde, com a posse de um

governo de transição e realização de eleições a 31 de Junho de 1975, tendo a Assembleia Nacional eleita proclamado a independência nacional no dia 5 de Julho.

6. A independência nacional

A situação herdada em 1975 era no essencial caracterizada: por um sistema de saúde com somente 13 médicos, dois hospitais e enfermarias nalgumas ilhas; a taxa de analfabetismo rondava os 75% da população, havia somente dois liceus; não havia infraestruturas económicas a não ser um cais acostável em S. Vicente, um aeroporto internacional no Sal e aeródromos em terra batida nas restantes ilhas; as ligações marítimas eram incipientes; as telecomunicações limitavam-se ao telefone que mal funcionavam; o rendimento per capita rondava os 250 USD; o abastecimento de água era muito precário através de chafarizes que localizavam-se a grandes distâncias dos núcleos de povoamento; os cofres do Estado estavam vazios.

6.1 - 1ª República

É no contexto referido que teve início a 1ª República, pela edificação dos alicerces e dos mecanismos formais do Estado independente, e, em contraponto a uma ordem institucional colonial herdada, enfrentar as resistências e as incertezas quanto à viabilidade de Cabo Verde como país independente.

A boa governação foi o eixo estratégico desde sempre adotado, para uma boa gestão de avultados investimentos realizados, cujos resultados permitiram grandes avanços nos domínios da saúde, da florestação, da mobilização de recursos hídricos, bem como no domínio da educação.

Marcou ainda a 1ª República, o golpe de Estado na Guiné Bissau em Janeiro de 1981, o que ditou a criação do PAICV a 20 de Janeiro de 1981, pondo assim fim ao projeto da Unidade Guiné-Cabo Verde, no quadro do PAIGC. O PAICV consagrou-se

legítimo herdeiro do pensamento e da obra de AMILCAR CABRAL, assumindo o seu legado teórico e a sua práxis política.

6.2 - 2ª República

De referir ainda que desde cedo, na prossecução dos ensinamentos do grande teórico das lutas de libertação em África, AMILCAR CABRAL, que a questão da democracia esteve na ordem do dia, tendo-se dado prioridade ao alcance da maturidade suficiente a essa aspiração.

Esse empenho teve respaldo no desenvolvimento económico, social e cultural do país durante a 1ª República, que resultou numa evolução para novas dimensões da cidadania democrática nas esferas legal, política e social, conducente à assunção do fim do regime de partido único por parte do PAICV, o qual anunciou em Fevereiro de 1990, uma nova etapa da prática da cidadania e a abertura a um regime multipartidário, com a realização de eleições das primeiras eleições multipartidárias em Janeiro de 1991, em que o exercício da democracia, pela via de eleições e da representatividade dos interesses coletivos, passaram a contribuir para o bem público.

Seguiram-se 10 anos de uma nova experiência, que nos permitiu melhor conhecer a nova realidade socio-cultural e reaquacionar a forma e os métodos de fazer política face aos novos factores relevantes da cultura política colocada por poderes difusos e micro-políticas produzidas pela comunidade, muito em particular uma juventude dos novos tempos, naturalmente irreverente.

Recuperado e reconfigurado o capital político que nos é característico, em 200, os eleitores renovaram a sua confiança no PAICV por três mandatos consecutivos, de uma governação que produziu profundas transformações sociais, económicas e políticas na sociedade cabo-verdiana, cujo grande alcance valeram notações positivas à boa governação do país por várias instâncias internacionais e credíveis instituições de avaliação do desempenho político e económico, de que se destaca a graduação de Cabo Verde

a PRM – País de Rendimento Médio, reconhecida em 2008 pelas Nações Unidas.

Mas, já em 2016, por ocasião das eleições legislativas e autárquicas, os eleitores escolheram, para governar o país, o nosso principal adversário, o MpD.

Interrogamo-nos, aprendendo com os nossos erros e nos obrigando a acertos da nossa experiência histórica, à prática de uma efetiva proximidade com a população e ao desenvolvimento de uma nova qualidade da cidadania e da democracia, lançando, à reflexão e ao debate, o princípio da democracia participativa, pela existência de mecanismos que garantam a participação popular na esfera pública, não como modalidade exclusiva da prática da democracia, mas como modalidade híbrida conjugada com a representatividade, para evitar, assim, que o exercício da mesma não se limite aos momentos eleitorais.

6.3 Nos fundamentos ideológicos do PAICV construir os tempos futuros

Vimos um breve resumo da história de Cabo Verde, com a qual se confunde a história do PAICV, como também o percurso histórico do PAICV, seu património político, material e imaterial da sua época e dos próximos tempos. Daí o nosso compromisso enquanto militantes e simpatizantes:

- No sentido de cultivarmos o patriotismo, espírito de entrega, dedicação e competência,
- Pela **afirmação reiterada de princípios, valores éticos e morais** que lhe afiançaram sempre a confiança renovada da população cabo-verdiana,
- Para a construção de novas alianças com a sociedade, **resgatando os créditos das grandes bandeiras do PAICV** e das suas grandes causas como partido societário, nos planos económico e social.

Tais princípios e valores configuram a nossa condição de um Partido da esquerda democrática, cuja ação política e os nossos programas são traduzidos:

- em ideias, mas também em interesses e valores sobre a sociedade
- na luta pelos direitos dos trabalhadores e da população mais pobre
- na promoção do bem estar coletivo e da justiça social,
- por uma maior participação das populações no exercício da democracia

Vejam os vastos programas e ações nos domínios da educação, da saúde e de combate contra os efeitos da seca e da desertificação, na 2ª República as políticas sociais nos domínios da assistência médica e medicamentosa, da habitação, da formação profissional, das pensões sociais mínimas, do alargamento da previdência social, da mobilização da água para as populações rurais, dos programas de acesso aos fatores de produção, etc., etc..

Importante quanto ao que identifica o PAICV, é a sua assunção da História, da cultura e o nosso espaço natural e, sobretudo, do legado da luta de libertação nacional com os seus símbolos materiais e imateriais, da maior importância para o nosso sentimento de pertença consagrado por grandes referenciais da nossa existência enquanto Nação.

No plano externo o PAICV é membro da grande família da Internacional Socialista, de que a Presidente do PAICV é Vice-Presidente, onde comungamos:

- O pluralismo de ideias e de uma economia aberta ao progresso e desenvolvimento humano do nosso país
- Garantias de liberdade de expressão e de consciência, de liberdade religiosa, liberdade de imprensa,

- A liberdade, a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos.

Por tudo isso afirmamos os fundamentos ideológicos do PAICV, intrinsecamente ligados aos ideais do socialismo democrático:

- na construção de uma sociedade livre, igual e solidária;
- aberto à diversidade, à iniciativa, à inovação e ao progresso social;
- pelo primado da defesa e promoção dos Direitos Humanos, dos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

Porque o PAICV é a organização política da sociedade cabo-verdiana que se orgulha:

- Da rica História do seu país
- Da luta de libertação nacional
- Da Independência Nacional
- Da edificação do Estado de Cabo Verde, consolidado e afirmado na arena internacional
- Da abertura ao pluralismo democrático e afirmação do Estado de Direito Democrático
- Da infra-estruturação física, económica, social e institucional do país
- De ser da esquerda democrática moderna, na movência da grande família da Internacional Socialista.

Módulo II - ESTATUTOS E REGULAMENTOS DO PAICV

1. Introdução

O PAICV pretende que os seus militantes, simpatizantes e amigos tenham conhecimento, mesmo que rudimentar dos seus Estatutos, o que poderá ter impactos significativos na forma como cada um se posiciona na sua conduta nas reuniões do Partido, no desempenho das suas tarefas e responsabilidades, na sua relação com a sociedade civil, na execução do Programa do Partido e nas diretrizes dos órgãos superiores.

Começa-se por perguntar o porquê dos Estatutos do Partido:

- Por um lado dá forma à organização partidária
- Por outro regulamenta a sua organização e funcionamento
- Subordina a postura do militante a princípios, valores e regras que pautam o seu funcionamento

Daí o interesse deste manual que trata três grandes eixos, a saber:

A Declaração de Princípios, porque, para desejar ser militante do PAICV, é porque o cidadão se orgulha da sua história e se revê nos seus princípios de liberdade, democracia, igualdade e solidariedade, na sua prática de pluralidade de opiniões e de consensos,

Os Estatutos, em 12 Capítulos, que de uma forma abrangente desenvolve os fundamentos do Partido, da militância e a estruturação dos órgãos a diferentes níveis e instâncias;

Os Regulamentos em 6 eixos:

- Conselho Nacional
- Eleição direta do Presidente do Partido
- Eleição dos órgãos regionais
- Admissão e transferência dos militantes
- Sistema de quotização
- Disciplina Partidária
- Escolha de candidatos às eleições autárquicas

Primeiramente, porquê os Estatutos e Regulamentos:

- Por um lado dá forma à organização partidária
- Por outro regulamenta a sua organização e funcionamento
- Subordina a postura do militante a princípios, valores e regras que pautam o seu funcionamento

Por isso, começa pela Declaração de Princípios que estabelece os fundamentos do PAICV:

- Na sua abrangência histórica: natureza e nos seus grandes desígnios
- No seu alinhamento ideológico na linha da família da esquerda democrática
- No seu profundo enraizamento com a sociedade, como escola da cidadania e da participação democrática
- No seu pluralismo como partido que congrega no seu seio todas as gerações, a diversidade dos contributos da sociedade, abeto à modernidade, aos valores democráticos universais na busca das soluções para os problemas estruturais do país
- Partido promotor e defensor dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, pela intensificação e aperfeiçoamento da democracia
- Preconiza a democracia nas várias dimensões do processo de desenvolvimento, isto é, no plano económico, social e cultural
- Defensor intransigente dos Direitos do Homem e da Paz
- Respeitoso da pluralidade de opiniões, da diversidade e do respeito pelas minorias
- Tem o ambiente no centro das suas políticas como elemento vital do desenvolvimento sustentável
- Defensor de um desenvolvimento económico que promova o bem-estar

2. OS ESTATUTOS

Foram aprovados no XII Congresso que teve lugar na Praia de 22 a 24 de Janeiro de 2010, com redação final fixada pelo Conselho Nacional na sua reunião de 20 de Março de 2010.

Está compartimentado em 6 grandes capítulos, começando por um preâmbulo de enquadramento sobre a natureza e fins do PAICV, no respeito pelos ideais e ensinamentos de Amílcar Cabral.

Capítulo I que no seu arranjo contém 8 artigos, do seguinte modo:

- Pormenorizam a natureza e fins do PAICV, como organização política nacional, a sua abertura a todos os cidadãos cabo-verdianos e a sua integração na família da social-democracia, o que caracteriza a sua matriz ideológica; situa os seus referenciais nos ideais e valores da independência nacional, desenvolvimento económico e social, a igualdade, a justiça e a solidariedade; e como partido humanista e universalista, assume a solidariedade com os povos.
- Nos dá a conhecer os símbolos do PAICV. É importante que os conheçamos, tanto a bandeira com as suas cores e disposição. Mas sobre o hino próprio, ainda não o tem, adotando contudo o da Internacional Socialista de que o PAICV é membro de pleno direito.
- Diz onde tem a sua sede nacional, estabelece a sua autonomia e independência em relação a outros partidos políticos, confissões religiosas, associação filosóficas, Estados, Governos ou entidades supranacionais.
- De muita importância, assegura aos militantes o pleno gozo da liberdade de crítica e de opinião, com respeito pelas decisões democraticamente tomadas pela maioria, nos termos dos Estatutos, e estabelece a obrigatoriedade da prestação de contas pelos órgãos de direção a todos os níveis. Permite a existência de tendências que estejam alinhadas com os objetivos,

princípios e valores do PAICV, proibindo todavia a sua organização, inclusive a adoção de denominação própria.

- Fecha o capítulo definindo a condição do PAICV como membro da Internacional Socialista, organização internacional de Partidos Socialistas, sociais-democratas e trabalhistas.

Capítulo II – reservado a quem é militante, simpatizante ou amigo do PAICV

Estabelece que o militante deve ter pelo menos 18 anos de idade, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, que aceite e comungue os valores e ideais do PAICV, o seu Programa e Estatutos, que esteja inscrito como militante numa das suas estruturas. Muita atenção, não podem ser militantes os indivíduos que tenham cometido crimes de natureza civil ou política, ou melhor, não podem ter cadastro sujo.

Indica como o cidadão pode inscrever-se no Partido, devendo o pedido ser avalizado por um militante, conhecido do candidato, devendo contudo ser submetido ao pronunciamento da assembleia do grupo de base da sua residência.

É estabelecida a figura de simpatizante ou amigo do Partido, à condição de se identificar com o Programa e a Declaração de Princípios, inscrevendo no Secretariado Geral.

Coloca ainda a questão da gestão dos dados. Isto é, o recenseamento dos militantes deve ser permanente, sendo um trabalho que os grupos de base devem realizar no sentido da sua atualização com regularidade, com envio aos órgãos de nível superior (sector, região e Secretariado Geral).

Muito importante ainda é o tratamento dado aos Direitos e aos Deveres.

Sobre os Direitos, de um modo geral é de se prestar cuidado à participação nas reuniões, eleger e ser eleito, a expressão da opinião, à crítica, à posse do cartão de militante, demissão, receber formação, solicitar e receber informações.

Mas mais importante ainda é o cumprimento dos Deveres em que se deve destacar a defesa e aplicação do Programa e dos

Estatutos do PAICV, a execução com empenho e lealdade as tarefas de que o militante é incumbido, a mobilização de novos militantes, não aceitar candidatar-se a cargos políticos, fora do âmbito do PAICV, guardar sigilo sobre o que se passou nas reuniões e pagamento regular das quotas.

Para desses direitos genéricos, há deveres específicos para serem cumpridos pelos militantes que são titulares de cargos nos órgãos nacionais, regionais e sectoriais, bem assim aqueles que em representação do Partido exercem cargos políticos.

Capítulo III – que dá atenção à organização do Partido

- Grupos de base, a nível local, compreendendo os locais de residência ou de atividade, sectorial, regional e nacional;
- Sectores, compreendendo os Concelhos;
- Regiões, correspondendo a uma ilha ou grupo de sectores
- As estruturas nacionais
- As estruturas da emigração

Essas estruturas estão dotadas de órgãos eleitos, com um mandato de três anos a contar da data da realização das respetivas eleições, o âmbito dos órgãos, sua estruturação, composição, natureza, competências, e periodicidade das reuniões:

A nível Nacional: Congresso, Conselho Nacional, Presidente do Partido, Comissão Política, Comissão Permanente, Secretariado Geral, Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização;

A nível Regional: Assembleia Regional, Comissão Política Regional, Presidente da Comissão Política Regional, Secretariado Regional e Comissão Regional de Jurisdição e Fiscalização;

A nível Sectorial: Conferência Sectorial, Conselho do Sector, Primeiro Secretário do Sector, Secretariado Permanente.

A nível de base: Assembleia de Grupo, Secretário Coordenador e Direção do Grupo.

Coordenação Política de Freguesia ou de bairros: quando se tornar necessário, os grupos de base numa comunidade ou

conjunto de comunidades contíguas, podem organizar-se para melhor articularem e coordenarem as suas atividades, pelo que deverão criar uma Comissão de Coordenação Política tendo à frente um Coordenador Político a designar pelos responsáveis dos Grupos de Base respetivos.

Capítulo IV – instâncias representativas

Para além das estruturas que acabamos de ver, há ainda as instâncias representativas do PAICV nos órgãos do poder político do Estado, sendo considerados órgãos do Partido, com competências e responsabilidades definidas, sendo eles:

- O Grupo Parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional, constituído pelos deputados eleitos pelas listas do PAICV;
- Os Grupos de Representantes do PAICV, constituídos nos respetivos municípios pelos eleitos para os órgãos das autarquias locais pelas listas do PAICV.

Capítulo V – trata a matéria disciplinar

Refere-se às sanções disciplinares aos militantes que infringjam os seus deveres estatutários, bem como aos órgãos com competência para aplicação das mesmas, de acordo com o Regulamento Disciplinar que se verá mais adiante.

Capítulo VI - referendo

Prevê as circunstâncias em que grandes decisões políticas ou estratégicas podem dar lugar à realização de referendo pelos membros.

Capítulo VII - quotização

Estabelece a fixação das quotas, prevê o regulamento financeiro do Partido, o património e sua administração, e um Conselho de Administração para a gestão económica e financeira do Partido.

Capítulo VIII – funcionários do Partido

Sendo o Partido dotado de funcionários para andamento dos assuntos correntes, prevê que para os mesmos haja Estatuto e carreira definidos pelo Conselho Nacional.

Capítulos IX e X – juventude e mulheres do PAICV

Quanto aos jovens que desejem militar no PAICV, cria a organização denominada Juventude do PAICV que dadas as suas particularidades rege-se por estatutos próprios e goza de autonomia.

Já quanto à Federação Nacional das Mulheres do PAICV, os Estatutos são explícitos ao dizer que é a organização das Mulheres que militam no PAICV, com estatutos próprios e autonomia organizativa e de ação.

Capítulo XI – organismos autónomos

Faz breve referência a organismos autónomos de que o PAICV pode dotar-se, sendo o seu funcionamento regulamentado pelo Conselho Nacional, podendo-se referir, como exemplo, o Instituto da Democracia e Progresso.

Capítulo XII – circunstâncias extraordinárias da organização e funcionamento do Partido

Trata matérias que não sendo correntes da atividade do Partido, podem ocorrer, como por exemplo, a modificação dos Estatutos, a duração dos Estatutos e o carácter transitório de funcionamento dos órgãos em caso de vacatura por parte dos seus membros.

3. OS REGULAMENTOS

A organização e funcionamento, isto é, a vida de qualquer organização, é sempre regulamentada, não bastando o anúncio de princípios, valores, estruturas, composição dos órgãos, suas competências e atribuições.

Os regulamentos estabelecem um conjunto de procedimentos que devem ser respeitados no que se refere as competências, na composição e mandato dos órgãos, na realização das reuniões e seu funcionamento, etc.

Os regulamentos dizem respeito ao:

- Conselho Nacional
- Eleição direta do Presidente do Partido
- Eleição dos órgãos regionais
- Admissão e Transferência dos militantes
- Sistema de Quotizações
- À disciplina interna e competentes órgãos disciplinares
- Escolha dos candidatos do Partido às eleições autárquicas

Módulo III – COMO ORGANIZAR E DIRIGIR REUNIÕES E SESSÕES DE TRABALHO

O presente guia pretende capacitar melhor os responsáveis dos Comitês de Grupo e de Sector no seu trabalho de organizar e dirigir reuniões, de forma prática e rápida.

É que na realidade muitas vezes perde-se muito tempo com reuniões, o que não só é desmotivador, como ainda tem-se dificuldade em chegar a conclusões objetivas para rápida implementação.

Para quê a reunião

Em princípio, toda a reunião tem como objetivo, por um lado permitir que todos participem num processo de tomada de decisão e, por outro, que todos se engajem na execução das decisões.

E o processo é democrático, quer porque cada um deu a sua opinião, quer porque a partir do momento em que cada um deve respeitar as regras democráticas, todos devem assumi-las, as decisões são para serem executadas.

Todas as reuniões têm algo de comum, isto é, são elementos de um grupo de pessoas, neste caso, de um grupo de militantes do partido que integram um determinado nível da estrutura partidária, que se reúnem no sentido de serem prestadas informações, analisar e decidir sobre questões a resolver, programar ações futuras e tecer considerações sobre situações relevantes para a organização.

Importância da reunião

Como já saberão, toda a reunião tem a sua importância, por razões diversas., nomeadamente:

- É o momento e lugar apropriado para cada membro do Partido dizer o que pensa, avançar com propostas, avançar ideias, exercer a democracia participando na tomada de decisões;
- Tomar conhecimento sobre o que se passa no grupo, as atividades que o grupo desenvolve, os problemas e dificuldades que encontra no quotidiano;
- Conhecer os problemas políticos, económicos e sociais com que a comunidade se confronta e o que fazer para combater os problemas;
- Pedir esclarecimentos para saber como vai a vida do Partido no geral;
- Trocar ideias e experiências com os outros camaradas, o que é uma boa ocasião para aprender e adquirir conhecimentos.

Tipos de reuniões

Há vários tipos de reuniões:

- **Informais**, com carácter meramente informativo, para anunciar um acontecimento importante, que não tem uma ordem do dia expressa;
- **Formais**, para cumprimento de normas estatutárias e com regularidade fixada, visando por exemplo, fazer o balanço das atividades, planificar atividades, preparar uma assembleia geral, uma Conferência ou um Congresso.
- **Extraordinárias**, quando um acontecimento muito especial ou uma urgência implica informação imediata ou decisão também urgente.

As reuniões variam segundo os níveis dos órgãos do Partido

Para este ponto, recomenda-se que cada participante tenha 1 exemplar dos Estatutos e Regulamentos do PAICV.

Verão que os órgãos muito alargados, tipo Congresso, Assembleias Regionais, Conferências ou Assembleias de Grupo, o intervalo das reuniões é maior, já que as suas decisões têm um carácter de

resoluções gerais, que os restantes órgãos vão operacionalizar em intervalos mais curtos para execução.

A nível de base

- **A Assembleia de Grupo** - n° 2, art° 99°
- **Secretário Coordenador** – n° 2, art° 101°
- **Direção do Grupo** – n° 2, art° 102°

A nível do sector

- **O Sector** é constituído por 4 órgãos, a saber:
 - **A Conferência do Sector** – n° 1, art°s 86°, 87° e 88°;
 - **O Conselho do Sector**, n° 2, art° 90°;
 - **O Primeiro Secretário do Sector**, órgãos singular, art° 94°;
 - **O Secretariado Permanente** – art°s 95° e 96°;

A nível da organização Regional

Integra as estruturas que se organizam cobrindo a nível de uma ilha ou e uma área de jurisdição definida, constituindo-se em 5 órgãos, cada um com as suas competências definidas nos Estatutos, que convirá serem lidas e interiorizadas:

- **A Assembleia Regional** – n° 2 do art° 66°
- **A Comissão Política Regional** – n° 2 do art° 70°
- **O Presidente da Comissão Política Regional** – n° 1 do art° 73°
- **O Secretariado Regional** – art° 75°
- **A Comissão Regional de Jurisdição e Fiscalização** – n° 1 do art° 78°

Órgãos a nível Nacional

São 7 os órgãos a nível nacional, também cada um com as suas competências, sendo definidas pelos seguintes artigos:

- **Congresso** – artº 39º
- **Conselho Nacional** – nº 2 do artº 47º
- **Presidente do Partido** – nº 2 do artº 51º
- **Comissão Política Nacional** – artº 54º
- **Comissão Permanente** – nº 1 do artº 56º
- **Secretariado Geral e Secretário Geral** – artsº 58º e 59º
- **Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização** – nº 1, 2, 3 e 4, artº 62º

Vimos pois, que as reuniões variam de acordo com as competências próprias aos órgãos, isto é, a periodicidade, as matérias que devem ser agendadas e discutidas variam. E de um modo geral elas são formais.

Como organizar as reuniões formais

Vimos os diferentes órgãos dos diferentes níveis, cada um com o seu conjunto de competências, na base das quais promove reuniões para decidir sobre as várias matérias da vida corrente do Partido.

Para isso os Estatutos ou os respetivos Regulamentos estabelecem um conjunto de **regras e procedimentos** previamente determinados pelo órgão que as convocam, já que, em princípio é objetivo obter resultados concretos, sobretudo em termos de decisões.

As reuniões formais acontecem com **regularidade**, podendo ser semanais, mensais, trimestrais, ou anuais, conforme a finalidade de cada uma e o que estiver nos Estatutos ou nos regulamentos.

Para que as reuniões formais decorram bem são necessários alguns pressupostos:

- Preparação e programação, com antecedência;
- Aviso atempado aos participantes pelos diversos meios disponíveis (afixação de um aviso, telefone, convite, porta-a-porta, email, e eventualmente pela rádio ou televisão), da data, hora e local da reunião, bem como da agenda de trabalho, para que cada um se prepare bem;
- Que na reunião participe o maior número possível de militantes, para que haja boa participação nas tomadas de decisão, sendo exigido que haja *quórum*, isto é, um número mínimo exigido para que a mesma tenha lugar;
- Que haja procedimentos sobre a modalidade de decisão, o que normalmente é pela via do voto.

Ou melhor, nelas são tomadas decisões, a partir de comunicação entre os presentes que apresentam opiniões concordando ou não, são apresentadas ideias, para que se chegue a uma decisão consensual ou não, mas na base de um entendimento comum votado ou não.

Para que haja uma reunião produtiva, os participantes devem preparar-se com antecedência e daí a necessidade e importância da **convocatória elaborada pela direção do órgão, ser enviada em tempo útil.**

Como dirigir e fazer decorrer uma reunião

O responsável do órgão, ou quem o coadjuva, tem de executar várias tarefas, sendo mais importantes as seguintes:

- Assegurar que a reunião tenha início à hora prevista. Todos devem fazer um esforço de pontualidade, a começar pelo responsável do órgão. Chegar tarde é um mau hábito e, a pouco e pouco, vai desmotivando os elementos do grupo, já que não se respeitam os compromissos de cada um;
- Assegurar que um elemento da direção proceda à tomada de notas sobre as matérias discutidas e decididas, de maneira a permitir a elaboração de uma ata que não tem que ser

descritivo, mas sim, um processo verbal, salvo quando a natureza e modo como decorreu o debate recomendar o registo das opiniões expressas;

- Fazer com que os presentes marquem a sua presença numa lista;
- Assegurar que haja o número mínimo de membros na sala, *quórum*, para que as discussões e deliberações sejam válidas;
- Fazer aprovar a ordem de trabalhos, evitando-se um ponto diversos para que se saiba desde o início quais são as matérias a serem tratadas;
- Ler a ata da reunião anterior, para aprovação;
- Anunciar que se faça um esforço para não se repetir o que já foi dito e decidido;
- Recomendar que cada intervenção seja objetiva, sem considerações desnecessárias;
- Proceder de maneira a que cada ponto da ordem de trabalhos seja objeto de uma decisão, antes de se passar ao ponto seguinte;
- Passar a palavra aos presentes, pela ordem de inscrições, os quais devem limitar-se à questão em debate, ou melhor, recentrar sempre a intervenção no assunto em apreço;
- Ser atento no sentido de evitar o desvio para ataques pessoais;
- Comunicar um resumo das principais decisões e recomendações;
- Encerrar a reunião, com um esforço para que seja na hora prevista.

Questões diversas mas importantes

No ponto 6 referimo-nos à elaboração de uma ata. Trata-se de registar o essencial do que se discutiu, do que ficou dito, segundo os assuntos que foram agendados para a reunião.

A ata é um documento escrito, que após a sua aprovação na primeira reunião seguinte, é depois de assinada pelo responsável

que dirigiu a reunião, e pelo camarada que foi incumbido dos registos.

A ata não é um documento descritivo, mas sim o registo dos assuntos que foram tratados, do resultado das discussões sobre cada um e das conclusões havidas, para ser acompanhada da lista das presenças.

Deste modo, é possível num determinado momento, saber quantas reuniões foram feitas, quantos e quais os camaradas que estiveram presentes nas reuniões, quando foram tomadas determinadas decisões.

Os documentos das reuniões são importantes, permitindo que por altura das assembleias gerais e conferências, haja elementos para a elaboração dos relatórios.

O arquivo das atas e outros documentos

As atas devem ser arquivadas numa pasta, juntamente com as convocatórias, listas de presenças, planos de atividade, os balanços de atividade, correspondência recebida e enviada, etc.

É importante haver um arquivo, porque mais facilmente se pode fazer o historial da organização e funcionamento da estrutura, porque se recolher, para além de permitir preparar bem as reuniões da direção.

Resumidamente, o arquivo é um instrumento de trabalho fundamental para a organização das reuniões.

Módulo IV - A COMUNICAÇÃO POLÍTICA COMO EXERCÍCIO DA OPOSIÇÃO

Porquê a comunicação política

Uma das tarefas maiores do PAICV, em particular o seu militante, simpatizante ou amigo, é o trabalho político de levar as mensagens ao cidadão para que ele se aproprie da verdade dos seus propósitos, do seu projeto e das suas propostas.

Não basta somente dizer ou transmitir, mais do que isso, importa que o nosso familiar, nosso amigo, nosso vizinho, sinta que os seus interesses pessoais e coletivos de bem-estar para a sociedade se reveem no PAICV.

O que se pretende com este pequeno manual, é despertar o interesse do membro do PAICV, para a aquisição de noções básicas quanto ao trabalho que tem de realizar e, através da leitura e do diálogo com outros camaradas, procurar compreender como fazer a comunicação, como transmitir a mensagem, em diferentes momentos e em diferentes espaços do seu convívio quotidiano.

Sem pretender entrar em considerações teóricas, o que exigiria tempo e abordagem apropriada, o presente manual é apresentado em seis pontos, como a seguir.

Dito de outro modo, fazer política é comunicar as bases ideológicas e programáticas do PAICV, dar a conhecer a organização e a sua liderança, influenciar o cidadão no sentido de, por um lado fortalecer o sentimento de pertença do militante e, por outro, alargar as simpatias, aumentar a adesão, governar e , no presente momento, fazer oposição para se chegar ao poder.

O que é a comunicação política

Fazer política é adotar e comunicar uma doutrina de desenvolvimento humano económico e social, ter capacidade de comunicar uma perceção ideológica e programática à sociedade para com esta criar empatias, convicções e expetativas, estando a

governar ou na oposição, assim para exercer o poder e prestar contas.

Em certa medida é a legitimação do sistema político e da organização do Estado que cria espaços e modalidades para os atores políticos exercerem o exercício da função de divulgar os seus princípios e valores, as suas estratégias e programas, as suas propostas, tão necessárias para a escolha do eleitor.

Importância e papel da comunicação política na opinião pública

A comunicação política foi sempre um elemento chave no trabalho político, quer na atividade partidária corrente, mas, sobretudo, por altura das eleições.

É que desse trabalho permanente depende, tanto a visibilidade e o reconhecimento do Partido, como o resultado das eleições como consequência de toda uma atividade de informação e mobilização da opinião pública. Daí que o militante do Partido deva dotar-se de argumentos fortes, quer para convencer o eleitor do bem fundado da sua proposta, quer para contrapor aos argumentos apresentados pelo adversário político.

O militante do Partido deve estar por isso bem informado, através dos meios de comunicação social, indo à sede do Partido obter informações, a estrutura a que pertence, deve promover reuniões com vista a informar o militante sobre as propostas do Partido, mas, ainda, fazendo um esforço de leitura. Só assim estará dotado de argumentos fortes, de uma boa capacidade de convencimento que dará lugar à admiração do seu interlocutor que ao fim de contas, deverá ser transformado num ativista do PAICV.

A comunicação política não é simplesmente falar e transmitir mensagens, muito mais do que isto, é convencer o interlocutor, para que ele também se aproprie das razões que o militante lhe tenha transmitido, se aproprie dos princípios e valores do Partido, das grandes causas do Partido, seja um aliado do Partido, seja também um grande comunicador do Partido.

Por que razão falamos de comunicação política?

Transmitir, falar e informar são expressões próprias da nossa natureza humana. Mas já a política, é a orientação, é um objetivo que pretendemos alcançar com uma conversa, para influenciar um amigo, a opinião pública, os eleitores, num determinado sentido. É também a capacidade que podemos ter de nos relacionarmos com os outros, em vista a obtenção de determinados resultados que desejamos.

Os meios da comunicação política: sua importância e influência

Várias foram e ainda são as formas de comunicação política.

A Família continua sendo o grande lugar da comunicação política pois, é no seio dela que se começa a aprendizagem da vida, sobretudo as normas de conduta cívica. Muitas vezes é no seio da Família que se começa a moldar as convicções e as orientações políticas, nomeadamente pelo exemplo que se recebe, por exemplo, dos pais, ou do irmão mais velho.

A oralidade é das mais antigas, senão, a mais antiga. Garantiu a transmissão de saberes, de histórias, de geração para geração, quando não havia a escrita. Mas a oralidade tem muita força ainda, já no seio da família, por exemplo, são os avós ou os pais que transmitem aos filhos e netos as normas de conduta, os cantares, os hábitos de vida, as ditas histórias

Nas comunidades, sobretudo nas comunidades rurais, são **os mais velhos** que transmitem aos mais novos como era antigamente, que contam as histórias dos anos de boas ou más chuvas, que transmitem as boas normas de conduta, dão bons conselhos e, por isso, são as pessoas mais respeitadas, mais escutadas.

Falando de espaços de sociabilidade estamos a referir-nos ainda aos **lugares públicos** onde as pessoas se encontram para se

divertirem como por exemplo os clubes de futebol e outros recintos desportivos, praças e jardins, bares e restaurantes.

Uma forma de fazer o trabalho político é pertencermos a **associações** e tentarmos influenciar o sentido da opinião política, através da nossa presença nos órgãos de direção de associações e ali revelarmos boa capacidade de trabalho e de orientação.

Na verdade sem nos apercebermos usamos meios os mais diversos para comunicar. É nos momentos de encontros familiares, no nosso convívio social, nas relações de trabalho pois, encontramos-nos inseridos num sistema em que as pessoas desenvolvem relações sociais que têm também os seus objetivos a regular as suas práticas, têm o seu grau de conhecimentos e o seu campo de interesse, o que exige que a comunicação política adote maneiras de expressão que as pessoas do meio compreendam o que transmitimos, não só através de palavras, mas ainda, através dos gestos que utilizamos, a seriedade e respeito que exprimimos.

Atores e espaços da comunicação política

Na nossa atividade devemos ter em grande importância as pessoas que exercem funções e trabalham com muita gente. Sobretudo, o carácter dessas funções e desse trabalho faz com que tenham grande influência junto de um público cujo número não é de se desperdiçar.

São os **professores**, em número não pequeno, que se encontram um pouco por toda a comunidade e que devido ao seu papel de instruir estão em condições de transmitir mensagens políticas através das matérias que ministram nas aulas, e que ao mesmo tempo terão uma autoridade social sobre os pais terão uma autoridade dos colegas que não são poucos.

As **entidades religiosas** desempenham um papel fundamental de transmissão da moral, dos bons costumes, da fé, de convicções. Daí advém a sua grande autoridade moral na sua

paróquia. Daí que, de maneira adequada, até lhes apresentando como exemplo e nunca entrar em conflito ou mostrar alguma animosidade para com os mesmos. Devemos, sim, na base das nossas grandes causas sociais, mostrar-nos aliados da doutrina social da igreja.

Um grande campo de intervenção tem a ver com as **vendedeiras e mercados**. São em grande número e tem uma grande capacidade de influência e de convicção. Entendem muito bem as percepções dos clientes e daí adotarem a linguagem apropriada para transmitirem as mensagens. O problema é saber mantê-las aliadas, a presença junto delas deve ser quotidiana.

Um pouco em todo os espaços de comunicação, desempenham um papel importante **os jovens e as mulheres**, pelo que mais à frente vamos referir-nos à construção da mensagem que se lhes deve ser dirigida.

Há, também, as **organizações socioprofissionais**, as quais desempenham um grande papel na formação da opinião pública, sobre questões ligadas à classe dos médicos e dos enfermeiros, dos engenheiros e dos arquitetos, dos operadores económicos sobretudo os empresários, etc.

Outra grande categoria de organização são os **Sindicatos**, os quais congregam um grande número de trabalhadores e operários da construção civil, de estivadores, de professores, dos diversos ramos da indústria, etc. Os sindicatos são muito conhecidos pelo seu elevado grau de organização e sua grande capacidade negocial, pelo que deve haver um grande esforço no sentido de uma boa aproximação com as estruturas partidárias.

As **organizações de solidariedade social** são outro grande espaço para se fazer a comunicação política, até porque muito do trabalho que realizam tem a ver com as grandes causas sociais do nosso Partido, como sejam o combate ao desemprego e à pobreza, o acesso a bens essenciais como a habitação, cuidados de saúde, a água e à energia, o acesso ao crédito e outros factores de produção para micro unidades de produção agrícola, pequenos negócios e outros.

Muitas dessas organizações existem na nossa sociedade, umas formais, outras informais, congregando um grande número de associados. O Militante do Partido deve aderir a essas organizações para, enquanto cidadão, impulsionar o desenvolvimento das mesmas, e assim tornar-se um destacado dirigente.

Evolução da sociedade, seus desafios e exigências

A sociedade cabo-verdiana vem-se desenvolvendo de forma cada vez mais rápida e mais habilitada, dada a intervenção de vários fatores.

Em primeiro lugar convém referir que os **níveis de escolaridade** são cada vez maiores, sendo que alguns níveis já se tenha atingido os 100% e um grande número de jovens está já frequentando o ensino superior. Isto significa que a **capacidade crítica**, de análise e de formação de opinião é grande.

Essa capacidade crítica será ainda mais acentuada levando em consideração a grande **mobilidade das pessoas** devido a uma maior ligação entre as ilhas, regiões e as localidades, bem como com o exterior, dadas as estradas, transportes aéreos, transportes marítimos.

Mas há ainda a grande **mobilidade da informação** que é proporcionada pela comunicação social – rádio e televisão, mas, sobretudo, pelas redes sociais com a facilidade e rapidez da comunicação das mensagens via um simples telemóvel que está na posse da grande maioria dos jovens.

Nada escapa ao conhecimento público. Daí a importância do domínio não só destas novas tecnologias de informação e comunicação, como ainda na formulação das mensagens que contraponham às do adversário, com argumentos convincentes e na direção das percepções que moldam o entendimento do público alvo.

O cidadão sabe bem avaliar se a construção de uma estrada, de um estabelecimento de ensino, se a eletrificação da sua rua, se o abastecimento de água, se o aumento do emprego, é melhor ou não

para ele, se os benefícios são reais ou não, quais deveriam ser as prioridades.

Por altura das campanhas eleitorais, o eleitor está mais capaz de interpretar as promessas e julgar se as políticas anunciadas pelos partidos políticos são possíveis de realizar ou não.

O militante do Partido, na sua comunicação com o seu vizinho, familiar ou amigo, tem que ser capaz avaliar e discernir sobre a proposta do seu Partido como sendo a melhor, a que é possível concretizar, isto é, nunca deve cair em promessas somente porque podem dar o voto pois, quando não for possível a sua realização, tanto ele militante, como o Partido, caem num descrédito impossível de mudar.

Estamos numa sociedade que, como qualquer outra, está em **permanente e rápidas mudanças**, por razões as mais variadas, as quais pesam e muito nos **motivos de adesão à política**. Isto acontece sobretudo com os jovens os quais no presente manifestam uma certa desilusão ou apatia desmotivadora para se filiarem ao Partido.

Estamos face a **conflitos fundamentais de interesses** que podem ser de natureza material, fragilidade dos incentivos solidários, vantagens ou desvantagens de um cargo eleito, comportamento dos titulares dos cargos políticos, resumindo o militante do Partido tem que procurar como dar a volta à insatisfação pública com a política.

Como encarar o desafio está na construção dos argumentos em função do valor e do peso dos interesses sociais, económicos e mesmo políticos em jogo, fazendo intervir ainda motivos históricos, familiares, morais e profissionais que podem jogar nas motivações a recriar através da luta política, que vai exigir saber dar relevo a certas clivagens em detrimento de outras, construir solidariedades e alianças em torno dos programas e visões.

Novas formas de comunicação política

O membro do PAICV tem que estar muito atento aos meios de comunicação naquilo que transmitem, como transmitem e a quem destinam as suas mensagens. Não se deve ser ingénuo em política, nomeadamente no que concerne o trabalho que é desenvolvido pela comunicação social.

No presente a comunicação política é feita muito na base da percepção que o grande público faz das principais questões que lhe afetam. E isto é objeto de estudos que fornecem elementos tendentes a formular mensagens e imagens que neutralizem o auditor.

Estamos a falar, sobretudo da **televisão, da rádio e dos jornais**. Observando bem esses meios, veiculam somente os interesses das entidades que os tutelam e não a pluralidade das representações da sociedade ou então, reproduzem mal a diversidade social, o que distorce a democracia, de forma significativa.

Em contraponto, funcionam as **redes sociais** que exercem um papel importante na comunicação de informações, pela informalidade, rapidez e facilidade como transmitem as notícias, através dos **telemóveis, portáteis e tabletes**, a custo zero. Em poucos minutos ou segundos, todo o mundo sabe o que se passou na Achadinha ou na América, embora a desvantagem de não trabalharem bem os conteúdos das mensagens, desde os contextos, às finalidades.

Mas, contudo, têm a grande vantagem de poder contrariar a comunicação social e de poderem ser utilizadas desde que as estruturas e seus militantes se organizem para levar a mensagem em função dos destinatários e dos objetivos pretendidos.

Construção da mensagem política: conhecimento do meio, as percepções, conflitos de interesse, elementos comuns, o discurso político

Quando fazemos a comunicação política, devemos ter em consideração vários factores.

- Quem somos e onde nos encontramos no sistema político
- Que mensagem política queremos transmitir, com que objetivos
- Que destinatários pretendemos atingir e para quê

Vários são os sujeitos da comunicação política:

- Os sujeitos políticos (dirigentes partidários, deputados), com as suas intervenções nas instâncias públicas, nos debates
- As estruturas partidárias através dos encontros e reuniões com a população (CPR, CS, GB)
- Material de comunicação – jornais, desdobráveis, redes sociais, etc.
- Meios de comunicação - televisão, rádio ...

Os destinatários e construção da mensagem política:

A sociedade é bastante plural no que respeita os grupos de interesse e as expectativas.

Em Cabo Verde temos dois grandes grupos: o urbano mais ligado às principais cidades; e o rural que tem a ver, de um modo geral com os habitantes que se dedicam à agricultura e à pecuária. E mesmo assim, para cada um deles há factores a determinar as percepções e o seu interesse pela política e pelos partidos.

O cidadão de S. Vicente coloca as suas questões numa outra expectativa decorrente de fatores como a história social, económica

e cultural da ilha. Do mesmo modo o indivíduo de S. Tiago onde se encontra a capital política do país, ilha também com uma história política colonial muito vincada, com uma cultura também muito própria. Isto é, os habitantes de cada ilha formulam e expressam os seus anseios de forma muito particular que o militante deve ter em conta na construção das mensagens para os conteúdos que tem a transmitir.

E sobretudo no meio urbano, há que se ter em conta outros elementos determinantes da percepção política, em que jogam interesses diversos ou específicos. Vejamos pois:

- os funcionários públicos cuja visão do desenvolvimento é muito agarrada aos serviços da administração pública, normalmente muito agarrados aos direitos adquiridos e um pouco avessos a mudanças;
- os quadros das instituições públicas e das empresas privadas, os quais, para além de normalmente serem muito críticos, são que mais abertos a propostas construtivas;
- os meios religiosos, são muitos agarrados a valores e princípios de natureza moral, são normalmente muito conservadores e exercem muito influência e autoridade moral sobre os fiéis que por sinal não são poucos;
- As comunidades dos bairros cada uma com as suas especificidades ligadas às tradições locais, à forma como os jovens se organizam, às relações de proximidade e solidariedade entre os vizinhos.
- As organizações socioprofissionais dos trabalhadores e do empresariado, que exercem forte pressão sobre os poderes públicos no que respeita aos salários, os contratos de trabalho, os direitos relativos à saúde, horário de trabalho, férias, etc.

Em todos esses grupos de pessoas, os mais críticos são os com maior nível de instrução e por essa razão, com maior capacidade de discernimento.

Alguns elementos da estratégia e da prática da comunicação política

Não basta estar-se na posse da informação. É preciso saber usá-la, como e onde usá-la. Aconselha-se, nomeadamente passando o máximo de informação em poucas palavras e com clareza, seja pela via escrita em que normalmente o destinatário não estará disposto a ler muito, seja pela oralidade em que muita conversa pode cansar o nosso interlocutor.

Importante na estratégia de comunicação é **não perder tempo**, estabelecer a comunicação antes do adversário e não por arrastamento. É que a comunicação política é a construção de uma boa imagem. Se ela for feita tarde demais, o adversário toma a dianteira e posiciona a sua imagem.

Quando se faz comunicação política deve-se prestar atenção a alguns requisitos, entre outros:

Seja numa sessão parlamentar ou municipal, numa reunião em público, ou num simples encontro, tomar muita atenção com a forma como se fala, com o jeito do olhar, com os gestos que são utilizados. É que tudo é informação, tanto o seu corpo que está ali, o seu timbre de voz, a entonação, as pausas, o olhar, os gestos, a roupa, o corte de cabelo e até um simples piscar de olhos ... tudo está enviando alguma mensagem e a formar uma imagem.

Também, ter-se em conta o número de pessoas presentes no encontro, o público alvo, o interesse e a percepção que os presentes têm no assunto, evitar exposições longas já que podem finalmente resultar em desinteresse.

Isto porque tem-se que fazer passar e entender a mensagem, como ainda construir uma imagem positiva enquanto mais valia em função do adversário.

A prática da comunicação política

Na comunicação política procura-se a notoriedade do Partido, do líder, dos candidatos, do projeto político, das atividades que o Partido tem em curso. Se és um político e vais aparecer na TV, o que queres com isso? Primeiro, seres conhecido. Depois, queres que, de alguma forma, os telespetadores se identifiquem com as tuas ideias e os teus pontos de vista. E que, no final, passem a ver-te de forma positiva.

Daí que se tenha de ter cuidado com a forma como se fala e o jeito como se olha, já que se pode falar com as mãos e com os olhos, não deve ser discursivo mas sim ir direto ao ponto, não ser frio e distante, não exagerar com números, papéis, falar com alma e emoção contidas de modo a contagiar o público.

Na preparação do desempenho, tem em conta: o **argumento**, a **capacidade de convencimento** e a **busca da admiração**. Afinal, qual é o objetivo no trabalho político, sobretudo na campanha política? A adesão e o voto, a conseguir com argumentos convincentes, o que depende bastante da tua capacidade de convencimento.

BIBLIOGRAFIA

- Amílcar CABRAL: **Unidade e Luta, I e II**
- António CARREIRA: **Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata – 1460-1872**
- Constituição da República de Cabo Verde
- Eduardo Adilson Camilo PEREIRA: Cabo Verde: **Monopólio da terra, disputas partidárias e criação de um centro de civilização (1822-1851)**; in: Revista Desafios, nº 1-Novembro 2013 UNICV-Cátedra Amílcar Cabral
- Elisa ANDRADE: **História Económica das ilhas de Cabo Verde – de 1460 à independência nacional**
- Estatutos e Regulamentos do PAICV
- Ilídio do AMARAL: **Santiago de Cabo Verde – a terra e os homens**
- Manuel PEREIRA SILVA: **Etude sur les aspects fonciers et institutionnels de la réalité agraire**; FAO ; 1993
- Mário de ANDRADE: **A dimensão cultural na estratégia da libertação nacional**; in: Por Cabral - Symposium internacional Amílcar Cabral; 17-20 Janeiro de 1983
- Norberto BOBBIO: **Direita e Esquerda**; 1994
- Sena BARCELOS: **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné**, volumes I, II, III
- Teófilo, T. E.: **Análise das estruturas agrárias**; FAO; 1992
- **A hora das ideologias**: A Semana, nº 473, 2000
- Ato Colonial: google.pt